

## Governo quer extinguir a tutela sobre índios

BRASÍLIA — Os índios brasileiros poderão deixar de ser tutelados pelo Estado caso o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, dê parecer favorável à proposta do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) criado pelo presidente Fernando Collor para apresentar uma nova política indigenista para o país. O documento, de caráter sigiloso, foi entregue a Jarbas Passarinho na semana passada e considera obsoleto o atual modelo que rege as relações do Estado com as populações indígenas, pregando a "superação dos padrões paternalistas que têm impedido o desenvolvimento pleno dessas comunidades".

A proposta do GTI defende o fim da tutela do índio brasileiro pelo Estado. "A lei poderia reconhecer mecanismos automáticos de emancipação do cidadão indígena da tutela civil, ressaltando o direito de opção a ser mantido no estado tutelar", diz o documento, duramente criticado pelas entidades indigenistas brasileiras e, também, pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Igreja Católica.

O pressuposto da incapacidade relativa para a prática de atos civis, segundo a proposta do GTI, "deveria deixar de existir uma vez atingida as condições necessárias na forma da lei" e, com isso, "a permanência do cidadão indígena no estado tutelar dependeria de sua manifestação expressa nesse sentido". "É um absurdo. Imagine um índio arreado, ao ser contactado pela primeira vez, responder se gostaria ou não de ser um cidadão emancipado", critica um sertanista da própria Funai. O Cimi, a União das

Nações Indígenas (UNI) e o Núcleo de Defesa Indígena (NDI), além de outras entidades, criticam duramente a proposta.

O GTI recomenda ao ministro Jarbas Passarinho a revisão da legislação sobre a tutela de modo a estabelecer uma clara distinção entre os conceitos de tutela civil e tutela pública.

**Questão fundiária** — Quanto à questão da regularização das terras indígenas — a Constituição estabelece que todas as áreas indígenas deverão estar demarcadas até outubro de 1993 —, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, que substituiu o Serviço Nacional de Informações (SNI), elaborou a minuta de um decreto que se choca com a proposta apresentada pela Funai e com as próprias decisões tomadas pelo GTI. Este documento foi feito sob inspiração do administrador do Projeto Calha Norte, tenente-coronel Couto Filho, com a assessoria de Sônia Demarquet, da Superintendência de Assuntos Fundiários da Funai.

O assessor jurídico do Cimi, Júlio Gaiger, ficou surpreso ao tomar conhecimento da minuta do decreto preparada pelo gestor do Projeto Calha Norte. "Por incrível que pareça, a proposta do Calha Norte é melhor que a da Funai, pois garante a participação das comunidades indígenas e entidades da sociedade civil no acompanhamento da regularização fundiária das áreas indígenas, o que não era estabelecido na proposta da Funai", disse ele.